

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025	9
DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	10
DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	11
Demonstração de Valor Adicionado	12
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	13
Notas Explicativas	19

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	52
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	55
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	56

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	632.529.094
Preferenciais	0
Total	632.529.094
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0
#Error	
#Error	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
1	Ativo Total	2.408.205	2.392.820	2.393.965
1.01	Ativo Circulante	293.783	252.415	257.716
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	9.348	8.431	7.772
1.01.02	Aplicações Financeiras	38.783	0	24.035
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	38.783	0	24.035
1.01.03	Contas a Receber	221.575	215.449	205.646
1.01.03.01	Clientes	21.172	24.409	25.089
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	200.403	191.040	180.557
1.01.03.02.02	Concessão do serviço público (ativo do contrato)	200.403	191.040	180.557
1.01.06	Tributos a Recuperar	8.926	14.249	12.331
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	8.926	14.249	12.331
1.01.07	Despesas Antecipadas	411	3.205	2.535
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	14.740	11.081	5.397
1.01.08.03	Outros	14.740	11.081	5.397
1.02	Ativo Não Circulante	2.114.422	2.140.405	2.136.249
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.112.739	2.138.719	2.134.399
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	74.629	66.001	62.093
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.038.110	2.072.718	2.072.306
1.02.01.10.05	Depósitos Judiciais	318	294	274
1.02.01.10.06	Concessão do serviço público (ativo do contrato)	2.029.302	2.069.403	2.072.032
1.02.01.10.08	Tributos a recuperar	3.271	3.021	0
1.02.01.10.09	Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	5.219	0	0
1.02.03	Imobilizado	386	407	363
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	386	407	363
1.02.04	Intangível	1.297	1.279	1.487

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
2	Passivo Total	2.408.205	2.392.820	2.393.965
2.01	Passivo Circulante	227.733	213.380	205.179
2.01.02	Fornecedores	7.353	8.074	8.272
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	7.353	8.074	8.272
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	7.353	8.074	8.272
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.827	5.125	5.676
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.827	5.125	5.676
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	2.827	5.125	5.676
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	115.523	105.232	98.822
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	16.154	16.154	16.154
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	16.154	16.154	16.154
2.01.04.02	Debêntures	99.369	89.078	82.668
2.01.05	Outras Obrigações	102.030	94.949	92.409
2.01.05.02	Outros	102.030	94.949	92.409
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	81.388	79.464	85.438
2.01.05.02.04	Outras contas a pagar	12.204	10.560	3.970
2.01.05.02.05	Participações de empregados e administradores	1.146	952	291
2.01.05.02.06	Obrigações estimadas	912	931	51
2.01.05.02.07	Encargos setoriais	2.080	2.427	1.988
2.01.05.02.08	Encargos de dívidas	606	615	671
2.01.05.02.09	Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	3.693	0	0
2.01.05.02.10	Benefício pós emprego	1	0	0
2.02	Passivo Não Circulante	1.202.356	1.208.310	1.275.667
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	604.602	620.735	681.066
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	129.715	94.229	110.382
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	129.715	94.229	110.382
2.02.01.02	Debêntures	474.887	526.506	570.684
2.02.02	Outras Obrigações	5.317	4.658	4.277

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
2.02.02.02	Outros	5.317	4.658	4.277
2.02.02.02.03	Fornecedores	4.047	3.722	3.197
2.02.02.02.04	Encargos setoriais	1.263	704	618
2.02.02.02.05	Outras contas a pagar	1	232	462
2.02.02.02.06	Benefício pós emprego	6	0	0
2.02.03	Tributos Diferidos	553.830	544.064	525.281
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	553.830	544.064	525.281
2.02.03.01.01	Impostos e contribuições sociais diferidos	347.582	334.973	316.917
2.02.03.01.02	Impostos e contribuições sociais	206.248	209.091	208.364
2.02.04	Provisões	38.607	38.853	65.043
2.02.04.02	Outras Provisões	38.607	38.853	65.043
2.02.04.02.04	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	38.607	38.853	65.043
2.03	Patrimônio Líquido	978.116	971.130	913.119
2.03.01	Capital Social Realizado	632.529	632.529	632.529
2.03.02	Reservas de Capital	52.227	70.917	52.227
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	18.690	0
2.03.02.07	Ágio na conversão de dívida	52.227	52.227	52.227
2.03.04	Reservas de Lucros	293.364	267.684	228.363
2.03.04.01	Reserva Legal	97.654	71.974	54.467
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	195.710	195.710	173.896
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-4	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	151.059	179.572	168.125
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-22.379	-54.778	-20.932
3.03	Resultado Bruto	128.680	124.794	147.193
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-8.127	-14.563	-11.295
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-7.905	-14.244	-11.295
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-7.905	-14.244	-11.295
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-222	-319	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	120.553	110.231	135.898
3.06	Resultado Financeiro	-62.030	-59.688	-66.157
3.06.01	Receitas Financeiras	10.706	8.423	8.381
3.06.01.01	Receitas Financeiras	10.706	8.423	8.381
3.06.02	Despesas Financeiras	-72.736	-68.111	-74.538
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-72.736	-68.111	-74.538
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	58.523	50.543	69.741
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-15.079	-17.196	-19.259
3.08.01	Corrente	-2.468	0	-1.567
3.08.02	Diferido	-12.611	-17.196	-17.692
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	43.444	33.347	50.482
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	43.444	33.347	50.482
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,07	0,05	0,08

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
4.01	Lucro Líquido do Período	43.444	33.347	50.482
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-4	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	43.440	33.347	50.482

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	152.733	76.449	136.737
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-18.624	-66.571	-8.633
6.01.01.01	Lucro Líquido do exercício	43.444	33.347	50.482
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	15.079	17.196	19.259
6.01.01.03	Pis e Cofins Diferido	2.843	727	14.998
6.01.01.04	Remuneração do ativo de contrato de concessão	-142.760	-174.869	-156.361
6.01.01.05	Despesas (receita) com juros, variações monetárias e cambiais – liquidas	63.053	59.916	64.741
6.01.01.06	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	-2.757	-6.959	-3.579
6.01.01.07	Amortização e depreciação	301	514	62
6.01.01.09	Provisão para Créditos de liquidação duvidosa	2.217	3.583	0
6.01.01.10	Margem de Construção e receita de infraestrutura	-44	-26	1.765
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	171.357	145.092	148.559
6.01.02.01	Diminuição (aumento) de tributos a recuperar	5.073	-4.939	-6.951
6.01.02.02	Diminuição de concessionárias e permissionárias	176.710	165.382	162.902
6.01.02.03	Diminuição (aumento) de despesas antecipadas	2.794	-670	-1.300
6.01.02.04	Processos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios pagos	-251	-20.480	-100
6.01.02.05	(Aumento) de depósitos judiciais	-24	-20	-228
6.01.02.06	(Aumento) de outros créditos	-3.749	-5.684	-18.456
6.01.02.07	(Diminuição) aumento de fornecedores	-396	743	6.107
6.01.02.08	(Diminuição) aumento de obrigações estimadas	-19	880	51
6.01.02.09	(Diminuição) aumento de impostos e contribuições sociais	-7.654	2.381	-17.672
6.01.02.12	Aumento de Encargos do Consumidor	302	525	724
6.01.02.13	Aumento de outras contas a pagar	1.371	6.974	23.482
6.01.03	Outros	-2.800	-2.072	-3.189
6.01.03.02	Imposto de renda e contribuição social pagos	-2.800	-2.072	-3.189
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-40.441	25.027	-10.208
6.02.01	Aplicações em Linhas de Transmissão de Energia	-2.148	-1.660	-6.272
6.02.02	Aplicações no imobilizado e intangível	-357	-256	-1.855

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.02.05	Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	-37.936	26.943	-2.081
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-111.375	-100.817	-125.237
6.03.01	Novos empréstimos e financiamentos e debêntures	50.000	0	0
6.03.02	Pagamento dividendos	-15.840	0	-12.723
6.03.03	Pagamento de empréstimos – principal	-102.921	-95.886	-87.968
6.03.10	Pagamento de empréstimos – juros	-22.171	-23.485	-24.546
6.03.11	Pagamento por Arrendamento Financeiro Mercantil	32	-136	0
6.03.12	Recursos destinados a aumento de capital	-18.690	18.690	0
6.03.13	Pagamento por Liquidação de Instrumentos Financeiros Derivativos	-1.785	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	917	659	1.292
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	8.431	7.772	6.480
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	9.348	8.431	7.772

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	632.529	52.227	286.374	0	0	971.130
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	632.529	52.227	286.374	0	0	971.130
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	43.444	-4	43.440
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	43.444	0	43.444
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-4	-4
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	6.990	-43.444	0	-36.454
5.06.04	Reserva legal	0	0	2.172	-2.172	0	0
5.06.05	Reserva de lucros - orçamento de capital	0	0	17.764	-17.764	0	0
5.06.07	Reserva de incentivo fiscal (imposto de renda/ reinvestimento)	0	0	5.744	-5.744	0	0
5.06.08	Dividendos	0	0	0	-17.764	0	-17.764
5.06.09	Recurso destinado a adiantamento para futuro aumento de capital	0	0	-18.690	0	0	-18.690
5.07	Saldos Finais	632.529	52.227	293.364	0	-4	978.116

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	632.529	52.227	228.363	0	0	913.119
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	632.529	52.227	228.363	0	0	913.119
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	18.690	21.814	-15.840	0	24.664
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-15.840	0	-15.840
5.04.08	Reversão reserva especial de dividendos conf. AGOE 24/04/2024	0	0	21.814	0	0	21.814
5.04.09	Recurso destinado a adiantamento para futuro aumento de capital	0	18.690	0	0	0	18.690
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	33.347	0	33.347
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	33.347	0	33.347
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	17.507	-17.507	0	0
5.06.04	Reserva legal	0	0	1.667	-1.667	0	0
5.06.05	Reserva de lucros - orçamento de capital	0	0	15.840	-15.840	0	0
5.07	Saldos Finais	632.529	70.917	267.684	0	0	971.130

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	632.529	52.227	199.695	0	0	884.451
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	632.529	52.227	199.695	0	0	884.451
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-21.814	0	-21.814
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-21.814	0	-21.814
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	50.482	0	50.482
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	50.482	0	50.482
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	28.668	-28.668	0	0
5.06.04	Reserva legal	0	0	2.524	-2.524	0	0
5.06.05	Reserva de incentivo fiscal (imposto de renda/ reinvestimento)	0	0	4.330	-4.330	0	0
5.06.06	Reserva de lucros - orçamento de capital	0	0	21.814	-21.814	0	0
5.07	Saldos Finais	632.529	52.227	228.363	0	0	913.119

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
7.01	Receitas	173.654	203.173	192.690
7.01.02	Outras Receitas	173.654	203.173	192.690
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-13.181	-44.336	-27.453
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-10.625	-44.268	-18.705
7.02.04	Outros	-2.556	-68	-8.748
7.02.04.01	Outros custos operacionais	-2.556	-68	-8.748
7.03	Valor Adicionado Bruto	160.473	158.837	165.237
7.04	Retenções	-301	-514	-62
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-301	-514	-62
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	160.172	158.323	165.175
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	11.230	8.832	8.790
7.06.02	Receitas Financeiras	11.230	8.832	8.790
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	171.402	167.155	173.965
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	171.402	167.155	173.965
7.08.01	Pessoal	11.231	17.279	2.792
7.08.01.01	Remuneração Direta	8.824	14.757	2.187
7.08.01.02	Benefícios	1.793	1.402	361
7.08.01.03	F.G.T.S.	614	1.120	244
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	42.439	47.217	45.408
7.08.02.01	Federais	42.438	47.194	45.316
7.08.02.02	Estaduais	0	23	92
7.08.02.03	Municipais	1	0	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	74.288	69.312	75.283
7.08.03.01	Juros	72.736	68.111	74.539
7.08.03.02	Aluguéis	1.552	1.201	744
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	43.444	33.347	50.482
7.08.04.02	Dividendos	17.764	15.840	21.814
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	25.680	17.507	28.668

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

LINHAS DE XINGU TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A

RESULTADOS 4º. TRIMESTRE DE 2025

Cataguases, 12 de março de 2026 – A Administração da Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A. ("LXTE" ou "Companhia") apresenta os resultados do quarto trimestre (4T25) e do exercício de 2025. As informações financeiras a seguir, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, exceto quando indicado de outra forma.

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

A Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A. ("LXTE" ou "Companhia"), sociedade por ações de capital aberto, foi constituída em 7 de julho de 2008 e está estabelecida em Minas Gerais, com filiais no Pará e no Rio de Janeiro. A Companhia encontra-se em operação, e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A Gemini Energy S.A. detêm 83,34% do capital social da Companhia. Os outros 16,66% pertencem ao Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA.



Segue abaixo quadro com o resumo da concessão:

Nome	Data Assinatura do contrato	UF	Extensão (Km)	Capacidade de transformação MVA	Entrada em Operação	RAP Ciclo 25-26 (R\$ mm) ^(a)	Receitas de Fibra Ótica	Status
LXTE	out/08	PA	508	1.550	jun/13	179,5 ^(a)	18,3	Operacional

(a) Os valores publicados de receita anual permitida (RAP) são referentes ao ciclo 25/26, líquidos de PIS/Cofins e consideram de receita adicional de R\$ 9,4 milhões referente à REA nº 5.149/15, passando a valer a partir de 1º de julho de 2025 até 30 de junho de 2026.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2. PRINCIPAIS DIFERENÇAS – SOCIETÁRIO X REGULATÓRIO

O resultado financeiro das Companhias do segmento de transmissão de energia do Brasil é elaborado a partir de dois métodos de contabilização: 1) Demonstrações Financeiras IFRS preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), conhecido como Resultado IFRS, com base nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Demonstrações Financeiras; e 2) Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), definida como Resultado Regulatório.

Receita: No societário, os investimentos realizados ao longo da concessão são contabilizados como ativo de contrato no balanço patrimonial, sendo reconhecido uma receita de construção de infraestrutura como contrapartida na demonstração de resultados. Além disso, também é contabilizada a remuneração do ativo de contrato com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão. Após a entrada em operação, a receita de construção de infraestrutura deixa de ser contabilizada e a receita operacional dos serviços de operação e manutenção passa a ser reconhecida. Por outro lado, na contabilidade regulatória, os investimentos são tratados como ativo imobilizado, sendo depreciados ao longo de sua vida útil, e a Receita é representada de fato pelos recebimentos após a entrada em operação do ativo (a Receita Anual Permitida, conhecida como RAP) reconhecida mensalmente através do aviso de crédito (AVC), ao longo do prazo da concessão, assemelhando-se à receita percebida no fluxo de caixa operacional.

Custo de Construção: Os custos de implementação de infraestrutura no societário que são os investimentos realizados durante o período pré-operacional, são reconhecidos no resultado, enquanto na contabilidade regulatória inexistem.

Depreciação e amortização: No societário, os investimentos relativos às concessões são reconhecidos como ativo de contrato no balanço patrimonial e amortizados pelo recebimento efetivo da RAP. O ativo imobilizado reconhecido no balanço patrimonial societário se refere aos bens não relacionados à concessão. Na contabilidade regulatória, os investimentos realizados na concessão são contabilizados como imobilizado, sofrendo depreciação ao longo da sua vida útil, limitado ao prazo do contrato de concessão.

IR/CSLL: São calculados de acordo com os resultados apurados em cada modalidade de reconhecimento contábil como consequência das diferenças temporárias entre as bases de cálculo societárias e regulatórias, são constituídos os respectivos tributos diferidos.

2.1 Resultado Societário

A adoção do IFRS 9 (CPC 48) ou IFRS 15 (CPC 47) passou a ser obrigatória a partir do mês de janeiro de 2018, e a Companhia optou pelo IFRS 15 (CPC 47), no qual a entidade deve reconhecer as receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços (reconhecimento do Ativo de Contrato de Concessão).

Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão e receita de operação e manutenção, sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme definidas nas normas do CPC 47.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2.2. Resultado Regulatório

Com relação às Demonstrações Contábeis Regulatórias, cuja contabilização é preparada e elaborada com base na estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, emitido pela ANEEL, todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão e subestações são registrados como ativo imobilizado e a receita operacional que as concessionárias têm direito a receber é chamada de Receita Anual Permitida (RAP), garantida pelo contrato de concessão e anualmente reajustada pela inflação.

2.3 Resultados econômico-financeiros Societário e Regulatório

Resume-se, a seguir, o desempenho econômico-financeiro societário da LXTE:

Desempenho Econômico-Financeiro Societário Resultados - R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
Receita de construção de infraestrutura	1,2	2,4	- 50,6	2,4	1,4	+ 69,1
Receita de operação e manutenção	2,5	2,5	-	10,8	10,4	+ 4,0
Remuneração dos ativos de concessão	21,5	54,4	- 60,6	142,8	174,9	- 18,4
Outras receitas operacionais	5,3	4,6	+ 14,4	20,2	20,3	- 0,9
Total da receita bruta	30,3	63,7	- 52,4	175,9	206,8	- 15,0
Deduções da receita	(4,6)	(8,1)	- 43,0	(24,8)	(27,2)	- 8,7
Receita operacional líquida	25,7	55,6	- 53,8	151,1	179,6	- 15,9
PMSO	(11,3)	(21,3)	- 46,7	(28,4)	(70,6)	- 59,8
Demais despesas operacionais ⁽¹⁾	0,0	4,5	- 99,7	0,3	3,1	- 89,6
Custo de construção	(1,0)	(2,2)	- 52,3	(2,1)	(1,2)	+ 72,7
Amortização / Depreciação	(0,1)	(0,1)	- 32,8	(0,3)	(0,5)	- 41,4
Resultado financeiro	(15,6)	(17,0)	- 8,0	(62,0)	(59,7)	+ 3,9
Contribuição social e imposto de renda	0,6	(6,6)	-	(15,1)	(17,2)	- 12,3
Lucro líquido	(1,8)	12,9	-	43,4	33,3	+ 30,4
EBITDA	13,3	36,7	- 63,7	120,9	110,7	+ 9,1
Margem EBITDA (%)	51,7	65,9	- 14,2 p.p.	80,0	61,7	+ 18,3 p.p.

(1) Considera provisões e reversões de contingências trabalhistas, cíveis, regulatórias, ambientais, fiscais e outras receitas e despesas.

Principais impactos do resultado societário:

Receita operacional líquida societária: a receita líquida IFRS totalizou R\$ 25,7 milhões no 4T25, uma redução de R\$ 29,9 milhões em comparação ao 4T24 ocasionado pelo menor reconhecimento de remuneração do ativo ocasionado pela variação do IPCA e das amortizações ocorridas durante os períodos comparados.

PMSO: A rubrica alcançou R\$ 11,3 milhões no 4T25, uma redução de R\$ 9,9 milhões na comparação com 4T25 devido aos seguintes eventos:

- (i) Menores gastos de pessoal em função de desativação de mão de obra contratada pontualmente para a implementação dos projetos de melhoria (R\$ 1,9 milhão);
- (ii) Redução de gastos com serviços de terceiros em função da internalização das atividades O&M (R\$ 5,3 milhões).

Demais despesas operacionais: No 4T25, a rubrica teve uma redução na despesa em R\$ 4,5 milhões. Essa redução foi ocasionada principalmente pelos seguintes eventos:

- (i) Menor volume de reversões de valores provisionados de contingências ocorridas no 4T25 em relação ao 4T24 (-R\$ 5,8 milhões).

Parte desse efeito foi compensado pela redução da PCLD constituída entre os períodos comparados (R\$ 1,3 milhão).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Custo de construção: a linha de custo de construção reduziu R\$ 1,2 milhão no 4T25 em comparação com o 4T24 devido menores gastos de reforços e melhorias de pequeno porte.

EBITDA e margem EBITDA: o EBITDA alcançou R\$ 13,3 milhões no 4T25, redução de R\$ 23,4 milhões comparado com o registrado em 4T24, ocasionado principalmente pelos efeitos explicados na receita operacional líquida e PMSO.

Resultado Financeiro: as despesas financeiras líquidas totalizaram R\$ 15,6 milhões no 4T25, ocasionando uma redução de R\$ 1,4 milhão na comparação com 4T24. A redução foi ocasionada pelo aumento das receitas financeiras no 4T25 decorrente da elevação da taxa CDI em relação ao 4T24 (R\$ 1,8 milhão).

Lucro líquido: a Companhia registrou um prejuízo de R\$ 1,8 milhão no 4T25, aumento de redução de R\$ 14,7 milhões na comparação com 4T24 em virtude principalmente dos eventos mencionados acima.

Resume-se, a seguir, o desempenho econômico-financeiro regulatório da LXTE:

Aviso: Os resultados regulatórios são elaborados com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) cujo conteúdo tem a finalidade de apresentar uma análise do desempenho regulatório/gerencial das transmissoras, seguindo as práticas do mercado de transmissão, não sendo considerado como relatório econômico-financeiro oficial da Companhia para a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que segue as normas contábeis internacionais do IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Vale lembrar que as Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCR's) são auditadas anualmente até 30 de abril de cada exercício na entrega das demonstrações contábeis regulatórias à ANEEL. Assim, os assuntos relacionados especificamente à contabilidade regulatória divulgados anteriormente à conclusão das DCRs são passíveis de alterações.

Desempenho Econômico-Financeiro Regulatório Resultados – R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
Total da receita bruta	49,2	48,7	+ 1,0	206,6	198,9	+ 3,9
Deduções da receita	(6,3)	(6,7)	- 5,0	(27,7)	(26,5)	+ 4,5
Receita operacional líquida	42,9	42,0	+ 2,0	179,0	172,4	+ 3,8
PMSO	(8,6)	(9,3)	- 6,8	(25,9)	(31,8)	- 18,4
Demais despesas operacionais ⁽¹⁾	0,0	4,5	- 99,7	0,3	3,0	- 89,5
Amortização / Depreciação	(12,0)	(12,0)	+ 0,0	(47,8)	(47,8)	+ 0,0
Resultado financeiro	(15,6)	(17,0)	- 8,2	(62,0)	(59,6)	+ 4,2
Contribuição social e imposto de renda	(2,5)	(3,5)	- 28,9	(10,0)	(12,4)	- 19,4
Lucro líquido	4,2	4,8	- 12,8	33,5	24,0	+ 39,8
EBITDA Regulatório	34,2	37,2	- 8,1	153,4	143,7	+ 6,7
Margem EBITDA (%)	79,9	88,6	- 8,7 p.p.	85,7	83,3	+ 2,4 p.p.

(1) Considera provisões e reversões de contingências trabalhista, cíveis, regulatórias, ambientais e fiscal e outras receitas/despesas.

Principais impactos do resultado regulatório:

Receita operacional líquida regulatória: No 4T25, a LXTE apresentou uma receita operacional líquida regulatória de R\$ 42,9 milhões, R\$ 0,9 milhão maior do que o registrado no 4T24 devido aos seguintes eventos:

- (i) Reajuste tarifário para o ciclo 2025 – 2026 conforme Resolução Homologatória nº 3.481 da ANEEL;
- (ii) Menor volume de descontos relacionados a Parcela de ajuste (PA), (+R\$ 0,3 milhão).

Os efeitos acima foram compensados pelo aumento de indisponibilidade das linhas (PV) no 4T25, em comparação com 4T24 (-R\$ 1,8 milhão).

PMSO: a linha de PMSO alcançou R\$ 8,6 milhões, uma redução de R\$ 0,7 milhão no 4T25 em comparação com o 4T24 em consequência da internalização das atividades O&M ocasionando um efeito líquido nas rubricas de serviços de terceiros e pessoal, em (-R\$ 1,9 milhão).

Amortização e Depreciação: No 4T25, as despesas de amortização e depreciação alcançou R\$ 12,0 milhões, em linha com o 4T24.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

EBITDA regulatório: o EBITDA Regulatório alcançou R\$ 34,2 milhões no 4T25, redução de R\$ 3,0 milhões acima do registrado no 4T24, principalmente pelos efeitos explicados na receita operacional líquida e PMSO.

Resultado Financeiro: as despesas financeiras líquidas totalizaram R\$ 15,6 milhões no 4T25, ocasionando uma redução de R\$ 1,4 milhão na comparação com 4T24. A redução foi ocasionada pelo aumento das receitas financeiras no 4T25 decorrente da elevação da taxa CDI em relação ao 4T24 (R\$ 1,8 milhão).

Lucro (Prejuízo) líquido regulatório: No 4T25, a Companhia apresentou lucro de R\$ 4,2 milhões, sendo R\$ 0,6 milhões menor do que o lucro apresentado no 4T24.

3. ESTRUTURA DE CAPITAL

3.1 Caixa e endividamento

A posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras totalizou R\$ 122,8 milhões em dezembro de 2025, frente aos R\$ 141,9 milhões registrados em setembro de 2025.

Em dezembro de 2025, a dívida líquida foi de R\$ 596,5 milhões, contra R\$ 610,5 milhões em setembro de 2025.

A seguir, apresentam-se as dívidas de curto e longo prazo da Companhia nos períodos indicados:

Descrição Valores em R\$ milhões	31/12/2025	30/09/2025	30/06/2025
Circulante	119,8	116,2	107,7
Empréstimos e financiamentos	16,2	16,2	16,2
Debêntures	99,4	96,3	91,0
Encargos de dívidas	0,6	0,6	0,5
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	3,7	3,1	-
Não Circulante	599,4	636,2	584,5
Empréstimos e financiamentos	129,7	132,1	86,2
Debêntures	474,9	507,1	498,4
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(5,2)	(2,9)	-
Total das dívidas	719,2	752,4	692,3
(-) Disponibilidades financeiras	122,8	141,9	83,9
Total das dívidas líquidas	596,5	610,5	608,4

4. ASPECTO SOCIOAMBIENTAL

4.1 Gestão de pessoas, Saúde e Segurança

Como compromisso com a equidade, detalhamos a seguir a quantidade e proporção de mulheres entre nossos colaboradores:

Colaboradores	2024				2025			
	Mulheres	Homens	Total geral	% Mulheres	Mulheres	Homens	Total geral	% Mulheres
Liderança	1,0	7,0	8,0	12,50%	1,0	5,0	6,0	16,67%
Não Liderança	4,0	45,0	49,0	8,16%	7,0	47,0	54,0	12,96%
Total	5,0	52,0	+ 57,0	8,77%	8,0	52,0	+ 60,0	13,33%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A tabela a seguir compara a quantidade de executivos na Companhia entre os anos de 2024 e 2025, segregada por gênero:

N° membros	2024				2025			
	Mulheres	Homens	Total geral	% Mulheres	Mulheres	Homens	Total geral	% Mulheres
Diretoria Estatutária	-	4,0	4,0	-	-	4,0	4,0	-
Conselho de Administração	1,0	5,0	6,0	16,67%	1,0	5,0	6,0	16,67%
Total	1,0	9,0	10,0	10,00%	1,0	9,0	10,0	10,00%

A tabela a seguir, apresenta a média salarial dos colaboradores da Companhia, segmentada por gênero:

Remuneração Anual (Média R\$) ¹	2024		2025	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Liderança	151.171,5	214.929,3	203.290,3	253.865,6
Não Liderança	85.957,7	81.660,1	72.947,6	93.849,6

5. EVENTOS SUBSEQUENTES

5.1. Dividendos do exercício de 2025

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 12 de março de 2026, aprovou a distribuição de dividendos à conta do lucro do exercício de 2025, no montante de R\$ 17,8 milhões, equivalentes a R\$ 0,028084094 (reais) por ação ordinária do capital social. Os pagamentos serão efetuados a partir de 13 de março de 2026, com base na posição acionária da Companhia em 12 de março de 2026, respeitadas as negociações deste dia, inclusive.

A Administração.

Notas Explicativas

Notas Explicativas

Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A
Notas explicativas às demonstrações financeiras para o
exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. Contexto operacional

A Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A ("Companhia" ou LXTE), com sede na cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais, é uma sociedade anônima de capital aberto registrada junto a Comissão de Valores Mobiliários – CVM categoria "B", cujo objeto social é a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia.

1.1 Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica

Em 27 de junho de 2008, a Isolux Ingenieria S/A (ex-controladora da Gemini Energy S/A) foi declarada vencedora do Leilão Público nº 004/2008, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente ao lote A – linha Tucuruí-Jurupari.

No dia 16 de outubro de 2008, a Companhia assinou o Contrato de Concessão nº 008/2008 – ANEEL, que outorgou a Companhia pelo prazo de 30 anos, com vencimento em 16 de setembro de 2038, a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão, localizadas no Estado do Pará, composto por linhas de transmissão em 500 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 264,8 km, com origem na subestação Tucuruí e término na subestação Xingu, pela linha de transmissão em 500 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 243,5 km, com origem na subestação Xingu e término na subestação Jurupari, pela subestação Xingu em 500kV e pela subestação Jurupari em 500/230 kV (900 MVA).

As instalações entraram em operação comercial no dia 12 de junho de 2013.

Transmissão de energia elétrica:

Os contratos de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica contêm cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão, efetivamente utilizados na prestação do serviço.

As obrigações da Companhia, previstas no contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica para implementar, operar, explorar e manter as linhas de transmissão pertencentes a rede básica do Sistema Interligado Nacional – SIN por um período de 30 anos são:

I – Operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações localizados em sua área de concessão;

II – Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência e segurança em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III – Organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade e providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico;

IV – Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória;

Notas Explicativas

V – Submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica – (ANEEL), alterações nas posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

VI – Manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes; e,

VII – Operar e manter as instalações de transmissão observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, por no máximo igual período, de acordo com o que dispõe o § 3º art. 4º da Lei nº 9.074 de 1995, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

1.2 Principais assuntos Regulatórios

1.2.1 Reajuste Tarifário Anual

A Resolução Homologatória (“REH”) nº 3.481, de 15 de julho de 2025, estabeleceu a Receita Anual Permitida (RAP) da Companhia, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1º de julho de 2025 a 30 de junho de 2026. A RAP da companhia é reajustada pelo IPCA (+5,32%).

A seguir, a RAP da Companhia reajustada sem considerar a parcela de ajuste (PA):

Concessão	Contrato de concessão	Rede Básica		Total	Total
		RBL	RBNI	Ciclo 2025-2026	Ciclo 2024-2025
LXTE	008/2008	169.854	9.661	179.514	170.447

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas e correspondem às informações utilizadas na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 12 de março de 2026.

2.2 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

Notas Explicativas

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- I. Nota explicativa nº6 - Concessionárias e permissionárias: Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa – PPECLD;
- II. Nota explicativa nº8 - Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente: Análise da recuperabilidade dos tributos diferidos;
- III. Nota explicativa nº10 - Concessão do serviço público (ativo de contrato): valor recuperável para o ativo de contrato;
- IV. Nota explicativa nº15 - Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais: estimativa de perda em processos judiciais;
- V. Nota explicativa nº22 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos; definição dos níveis dos instrumentos financeiros e mensuração do valor justo;
- VI. Nota explicativa nº23 - Benefícios pós emprego: principais premissas atuariais na mensuração dos benefícios pós emprego.

3. Políticas contábeis materiais e novos pronunciamentos contábeis

As políticas materiais têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Práticas materiais

a. **Caixa e equivalentes de caixa** – os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros:

Reconhecimento inicial e mensuração – são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Notas Explicativas

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente – para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração – CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Notas Explicativas

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (baseados na performance de um ativo).

Passivos financeiros:

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 2025, compreendem os saldos a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração – os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente – a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado – passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para

Notas Explicativas

negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado – Após o reconhecimento inicial, os passivos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

Desreconhecimento:

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

- c. Concessionárias e permissionárias** – refere-se aos valores de contas a receber de faturas emitidas pelo Uso do Sistema de Transmissão, contabilizada com base no regime de competência, deduzidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável

A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de concessionárias e permissionárias de curto prazo utilizando matriz de perda baseada em histórico de inadimplência, ajustada por informações atuais e projeções futuras, quando aplicável

Para fins de avaliação da recuperabilidade dos créditos, a Companhia utiliza informações disponíveis sobre os agentes devedores, tendo como principal referência os relatórios de casos especiais divulgados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), que consolidam dados relacionados à inadimplência no âmbito do segmento de transmissão. Adicionalmente, a análise contempla o envelhecimento dos saldos a receber, com especial atenção aos créditos com vencimento superior a 360 dias, os quais são objeto de avaliação individualizada, em consonância com a metodologia de perdas esperadas adotada pela Companhia.

Parcela dos saldos provisionados refere-se a Avisos de Créditos Complementares (AVCs complementares), associados a encargos rescisórios previstos nos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST), conforme regulamentação da ANEEL.

- d. Ativo de contrato de concessão** – corresponde ao contrato de concessão nº 09/2008 do serviço público de transmissão de energia elétrica firmado junto ao Poder concedente. As características do contrato de concessão fornecem a Administração base para entendimento de que as condições para a aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, está atendido de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica.

Conforme previsto no contrato de concessão, uma transmissora de energia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a transmissora de energia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão.

Notas Explicativas

O ativo de contrato de concessão se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo de contrato equivalente à contraprestação daquele mês, pela satisfação da obrigação de desempenho de construir, torna-se um contas a receber.

O valor do ativo de contrato da Companhia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato, conforme o tipo de concessão. Estes fluxos de recebimentos são: (i) remunerados pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio estabelecida no início de cada projeto, que varia entre 3% e 8% ao ano; e (ii) atualizados pelo IPCA.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

Para estimativas referentes a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa aplicada para o valor presente líquido da margem de construção e de operação é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento, como também o reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, registra-se também uma receita de remuneração sobre o ativo de contrato utilizando a taxa implícita definida no início de cada projeto obtida após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção.

- e. Créditos tributários, tributos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente** - os tributos correntes sobre o lucro são mensurados pelo valor esperado recuperado ou pago às autoridades fiscais, aplicando-se as alíquotas e a legislação tributária vigentes ou substancialmente promulgadas na data de apresentação das demonstrações financeiras. O imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R\$ 240 mil no período de apuração. A contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo, após as adições e exclusões previstas na legislação tributária.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os valores contábeis dos ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas na apuração do lucro tributável. Os tributos diferidos são contabilizados no resultado do exercício, exceto quando relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes, hipótese em que o tributo diferido é igualmente reconhecido no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos na extensão em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros suficientes para a realização das diferenças temporárias dedutíveis, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A realização dos ativos fiscais diferidos é revisada ao final de cada exercício social e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis em montante suficiente para permitir a compensação total ou parcial desses ativos, o saldo é reduzido ao valor recuperável.

Notas Explicativas

Ativos e passivos fiscais correntes são apresentados líquidos no balanço patrimonial quando a Companhia possui o direito legal de compensá-los perante a mesma autoridade tributária e a legislação tributária permite a liquidação pelo montante líquido. A Companhia tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionam com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e quando há intenção de liquidá-los em base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Em conformidade com o ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que a autoridade tributária aceitará determinado tratamento tributário adotado. Quando se conclui que a aceitação do tratamento tributário é improvável, o efeito da incerteza sobre os tributos correntes ou diferidos é refletido no resultado do exercício pelo método que melhor estime a resolução da incerteza.

No que se refere aos incentivos fiscais concedidos pela SUDAM, como há segurança razoável de que as condições estabelecidas na legislação para fruição do benefício serão cumpridas, os incentivos fiscais são reconhecidos no resultado do exercício e os montantes correspondentes são destinados à Reserva de Incentivos Fiscais no patrimônio líquido, na qual são mantidos até sua eventual capitalização ou absorção de prejuízos, observadas as restrições legais aplicáveis;

f. Receita Operacional – as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

As receitas operacionais da Companhia são:

- **Receita de operação e manutenção:** refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica que tem início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade da infraestrutura de transmissão.
- **Remuneração do ativo de contrato:** refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alteração posterior. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa que varia entre 3% e 8% ao ano;
- **Ganho de eficiência na implementação da infraestrutura:** refere-se aos ganhos que podem ser auferidos com certo grau de confiabilidade durante a construção da infraestrutura e também na energização do projeto, por refletirem algumas eventuais variações positivas ou negativas, tais como economias Capex na fase conclusão ou revisão positiva da RAP e entrada em operação antecipada em relação ao prazo da ANEEL; e
- **Receita de construção e margem de construção:** refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de construção são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se a margem estimada para cada projeto e as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento.

Notas Explicativas

i. Demais ativos e passivos (circulante e não circulante) – os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço;

j. Demonstração do valor adicionado – preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 09/CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

3.2 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board

(i) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados a partir de 1º de janeiro de 2025

Pronunciamentos novos ou revisados	Natureza da revisão/emissão
Alterações ao CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto	A principal alteração na revisão do CPC 18 (R3) é relacionado à aplicação do método de equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas demonstrações financeiras individuais. Tal método já era permitido por lei no Brasil, houve apenas a adição de texto em convergência às normas internacionais portanto não houve impacto material em relação à norma vigente nas demonstrações financeiras.
Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	As alterações ao CPC 02 (R2) incorporam as alterações trazidas pelo <i>Lack of Exchangeability</i> , emitido pelo IASB, que define o conceito de moeda conversível, e orienta para procedimentos de moedas não conversíveis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras.
OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	A orientação técnica direciona o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro. A orientação técnica não produziu impactos nas demonstrações financeiras.

(ii) Pronunciamentos novos ou revisados emitidos, ainda não vigentes

Pronunciamentos ainda não vigentes	Exercícios anuais com início em ou após	Natureza da revisão/emissão
CPC 51 (IFRS 18) – Apresentação e divulgação nas Demonstrações Contábeis	1º de janeiro de 2027	O CPC 51 substituirá o pronunciamento técnico CPC 26 (R1), e tem como principais objetivos e mudanças: aprimorar a apresentação das demonstrações contábeis, exigir a divulgação em notas explicativas de medidas de desempenho definidas pela administração e introduzir novos princípios de agregação e desagregação de informações. As alterações trarão impactos para as demonstrações financeiras referentes a períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, bem como informações comparativas (aplicação retrospectiva). Tais impactos estão sendo avaliados pela Administração da Companhia, em processo de implementação durante o exercício corrente de 2026.
IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	1º de janeiro de 2027	A norma permite que entidades controladas, que não possuam responsabilidade pública, e que possuam uma controladora final ou intermediária que prepare demonstrações financeiras consolidadas, optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. As aplicações serão avaliadas pela Administração.

Notas Explicativas

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	1º de janeiro de 2026	As alterações nas normas indicam modificações relevantes nos requisitos de classificação, mensuração e divulgação dos instrumentos financeiros. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais	1º de janeiro de 2026	As alterações se aplicam a contratos que façam referência a eletricidade dependente de fatores naturais, esclarecendo a aplicação dos requisitos de "uso próprio", entre outras definições. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.

4. Informação por segmento

A Companhia atua no segmento econômico de transmissão de energia elétrica e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

5. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

5.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos são constituídos principalmente, por caixa, depósitos bancários à vista e operações compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira em 2025 equivale a 87,0% do CDI.

	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista	6.347	8.431
Operações Compromissadas	3.001	-
Total de caixa e equivalentes de caixa – circulante (*)	9.348	8.431

(*) As aplicações financeiras apresentadas possuem liquidez diária e são resgatáveis pela taxa de contratação.

5.2 Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos compostos por diversos ativos, visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco. A rentabilidade média ponderada da carteira em 2025 equivale a 98,5% (96,6% do CDI em 2024) do CDI.

	2025	2024
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	74.629	49.120
Fundos de Investimentos Exclusivos		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	24	-
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	21	-
Compromissadas	2.917	-
Fundo Multimercado	4.291	-
Fundo de Renda Fixa	20.554	-
Letra Financeira (LFT)	4.758	-
Letra Financeira (LF)	4.554	-
Nota de Crédito	55	-
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	734	-
Nota do Tesouro Nacional (NTNF)	875	-
Recursos vinculados	-	16.881
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados (1)	113.412	66.001
Circulante	38.783	-
Não Circulante	74.629	66.001

Notas Explicativas

⁽¹⁾ Inclui R\$74.629 (R\$49.120 em 2024) referente a garantias de debêntures.

6. Concessionárias e permissionárias

	2025	2024
Concessionárias e Permissionárias	26.972	27.811
Concessionárias e Permissionárias – partes relacionadas	-	181
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa – PPECLD ⁽¹⁾	(5.800)	(3.583)
Total – circulante	21.172	24.409

⁽¹⁾ Refere-se basicamente aos saldos a receber de encargos rescisórios de agentes do SIN emitidos pela ONS a favor das transmissoras de energia elétrica, ocorrido de forma excepcional durante o exercício, onde a Companhia avaliou que sua recuperabilidade é de difícil recebimento e, portanto, efetuou o reconhecimento da provisão para perdas.

Segue demonstração do saldo por idade de vencimento:

	2025	2024
A vencer	15.703	17.574
Vencidos até 90 dias	1.708	1.444
Vencidos até 180 dias	1.255	846
Vencidos até 360 dias	1.291	2.091
Há mais de 360 dias	7.015	6.037
Total – circulante	26.972	27.992

Os vencimentos são programados em até 30 dias após a data de emissão das faturas.

7. Tributos a recuperar

Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro, e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

	2025	2024
Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ	9.589	14.855
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL	2.503	2.310
Contribuições ao PIS e à COFINS	1	12
Outros	104	93
Total	12.197	17.270
Circulante	8.926	14.249
Não circulante	3.271	3.021

8. Créditos tributários, tributos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

	2025	2024
Ativo		
Prejuízos fiscais	14.285	17.213
Base negativa da contribuição social	5.143	6.197

Notas Explicativas

Diferenças temporárias:		
Imposto de renda	5.793	5.969
Contribuição social	2.086	2.149
Total – ativo não circulante	27.307	31.528
Passivo		
Diferenças temporárias:		
Imposto de renda	(275.654)	(269.486)
Contribuição social	(99.235)	(97.015)
Total – passivo não circulante	(374.889)	(366.501)
Total líquido – passivo não circulante	(347.582)	(334.973)

A natureza dos tributos diferidos são como segue:

	2025		2024	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
Ativo/Passivo				
Prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social	57.140	19.428	68.853	23.410
Provisões para contingências judiciais e administrativas	16.004	5.441	16.250	5.525
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa-PPECLD	5.800	1.972	3.583	1.218
Outras provisões	1.209	411	1.208	411
Concessão do serviço público – ativo de contrato	(1.100.830)	(374.282)	(1.077.945)	(366.501)
Marcação a mercado –dívida	(259)	(88)	-	-
Marcação a mercado –derivativos	(1.526)	(519)	-	-
Outras diferenças temporárias	162	55	2.838	964
Total líquido – passivo não circulante	(1.022.300)	(347.582)	(985.213)	(334.973)

A realização projetada dos ativos fiscais diferidos está demonstrada a seguir:

Exercícios	Realização dos créditos fiscais
2026	8.583
2027	8.170
2028	4.376
2029	744
2030	804
2031 a 2033	2.743
Após 2033	1.887
Total	27.307

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a movimentação dos créditos tributários, estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

	2025	2024
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	58.523	50.543
Alíquota fiscal combinada nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição calculados às alíquotas fiscais nominais	(19.898)	(17.185)
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multas etc.)	(12)	(11)
Incentivo fiscal – Outros ⁽¹⁾	46	-
Incentivo fiscal – Redução 75% IRPJ e adicionais (SUDAM) ⁽²⁾	5.744	-
Outros ajustes ⁽³⁾	(959)	-
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(15.079)	(17.196)
Alíquota efetiva	25,77%	34,02%

⁽¹⁾ Refere-se a incentivos fiscais utilizados pela Companhia, como PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), Doações/Patrocínios Culturais, Lei nº 8.313/91 e Projetos Desportivos, Lei nº 11.438/2006.

⁽²⁾ Companhia possui direito ao benefício fiscal de redução de 75% do IRPJ e adicionais para os exercícios de 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2027, através do Laudo Constitutivo nº 0204/2018, reconhecido pelo ADE RFB 134/2019.

⁽³⁾ Inclui custo de debêntures: Efeitos da adequação do tratamento fiscal dos custos de debêntures, nos termos do art. 38-B do Decreto-Lei nº 1.598/1977.

9. Transação com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Gemini Energy S/A, que detém 83,34% do capital total.

As transações com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	Serviços contratados (despesas)	Compartilhamento ⁽⁴⁾	Receita com transmissão de energia ⁽¹⁾	Debentures – outras despesas financeiras ⁽⁵⁾	Saldo a (pagar)	Saldo a receber ⁽¹⁾	Recursos destinados para futuro aumento de capital ⁽⁶⁾
Energisa Soluções S/A ⁽²⁾	(49)	-	-	-	-	-	-
Energisa S/A ⁽³⁾	(2.198)	(1.121)	-	-	(436)	-	-
Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S/A	-	(32)	835	-	(2)	-	-
Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A	-	(13)	571	-	(1)	-	-
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A	-	(96)	2.135	-	(9)	-	-
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A	-	(10)	484	-	(1)	-	-
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A	-	(161)	1.304	-	(15)	-	-
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A	-	(402)	922	-	(23)	-	-
Energisa Minas Rio - Distribuidora de Energia S/A	-	(182)	257	-	(16)	-	-
Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A	-	(15)	794	-	(1)	-	-
Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A	-	(10)	381	-	-	-	-
Energisa Comercializadora de Energia Ltda	-	(28)	-	-	-	-	-
Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A	-	(2)	-	-	-	-	-
2025	(2.247)	(2.072)	7.683	-	(504)	-	-
2024	(7.543)	(2.016)	6.436	(2.185)	(495)	181	(18.690)

Notas Explicativas

- (1)

Refere-se a serviços prestados de transporte de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição;
- (2)

Refere-se a serviços contratados de Operação e Manutenção;
- (3)

Serviços compartilhados de rotinas administrativas - refere-se à prestação de serviços complementares de rotinas administrativas aos processos de suprimentos, recursos humanos, infraestrutura administrativa, finanças, contabilidade, faturamento e telefonia e redes. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. O contrato de compartilhamento foi aprovado pela ANEEL, firmado em 23 de outubro de 2023, com prazo de validade de 53 meses, podendo ser renovado mediante aditivo contratual;

Serviços de informática e licenciamento de softwares - contrato de prestação de serviços de informática e licenciamento de softwares, firmado em 01 de novembro de 2023, com vencimento em 31 de outubro de 2026, no valor total de R\$1.994, correspondente ao período de 36 meses, referente: (i) serviços de implantação (migração de sistemas GEMINI); (ii) intercompany ERP (manutenção de licenças e infraestrutura de TI); (iii) infraestrutura de TI (licenciamento e ativos DC principal e contingência); (iv) sustentação (sistemas, infraestrutura e serviços de campo). A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado com anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através do Despacho nº 812, em 24 de março de 2022;
- (4)

Contrato de compartilhamento - em 29 de março de 2022 foi firmado contrato compartilhamento de recursos humanos, de infraestrutura e rateio de despesas entre as empresas do Grupo Energisa, com vencimento em 28 de março de 2027, correspondente ao período de 60 meses. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado e anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através do Despacho nº 834, em 25 de março de 2022. Em 05 de janeiro de 2024 foi realizado um aditivo contratual incluindo novas empresas.;
- (5)

Rede Power Holding de Energia S/A adquiriu no mercado parte das debêntures de 2ª emissão, com vencimentos e condições conforme nota explicativa nº 12. As debêntures foram negociadas em 08/2024.
- (6)

Em 2025, a Administração da companhia respaldada em sua análise de fluxo de caixa, optou em contratar empréstimo e, com isso, efetuou a restituição dos valores referentes ao AFAC ao acionista.

Remuneração dos administradores:

Nos exercícios 2025 e 2024, não houve pagamento de honorários aos administradores e esse fato não se constitui obrigação futura da Companhia, pois os serviços corporativos são executados por administradores na estrutura da controladora.

10. Concessão de serviço público (Ativo de contrato)

Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme normas do CPC 47.

A concessão da Companhia de transmissão por não ser onerosa, não possui obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. Ao final do contrato de concessão, todos os bens e instalações passarão a ser de propriedade da União.

Conforme previsto pelo CPC 47/IFRS 15, a Companhia passou a avaliar um ativo de contrato quanto à redução ao valor recuperável, de acordo com o CPC 48/IFRS 9, onde para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não foi identificado necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável para o ativo de contrato.

Descrição	
Linhas de Transmissão	LT 500 kV Tucuruí - Xingu; LT 500 kV Xingu - Jurupari; SE Jurupari - 3º Banco de autotransformadores 500/230 kV
Margem de construção	0%
Margem de operação e manutenção	6,48%
Taxa de remuneração ⁽¹⁾	3% a 12%
Índice de correção do contrato	IPCA
Custos incorridos	1.380.158
RAP anual ⁽²⁾	179.514

Notas Explicativas

- (1) A taxa utilizada para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento.
- (2) A resolução homologatória da ANEEL nº 3.481 de 15 de julho de 2025 estabelece as receitas anuais permitidas (RAP) para o ciclo 2025-2026, reajustando a RAP pelo IPCA em 5,32%.

Seguem as movimentações do ativo de contrato ocorridas no exercício:

Ativo de Contrato de Concessão	2025	2024
Saldos iniciais	2.260.443	2.252.589
Receita de remuneração do ativo de contrato	142.760	174.869
Receita das margens da obrigação de performance de construção	44	26
Receita de operação e manutenção	10.761	10.359
Perdas de eficiência na implementação da infraestrutura	(219)	(127)
Receita de construção da infraestrutura	2.367	1.371
Recebimento RAP	(186.451)	(178.644)
Saldo Final	2.229.705	2.260.443
Circulante	200.403	191.040
Não Circulante	2.029.302	2.069.403

11. Fornecedores

	2025	2024
Fornecedores de Materiais (1)	2.716	1.451
Fornecedores de Serviços (1)	8.684	10.345
Total	11.400	11.796
Circulante	7.353	8.074
Não Circulante	4.047	3.722

- (1) Refere-se às aquisições de materiais e serviços necessários à implementação de reforços, melhorias e operação e manutenção das Linhas de Transmissão.

12. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívida está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2024	Captação	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Marcação a Mercado da dívida	Saldos em 2025
Moeda Nacional							
Pré Fixado	110.998	-	(16.152)	(7.656)	7.564	-	94.754
Total moeda nacional	110.998	-	(16.152)	(7.656)	7.564	-	94.754
Moeda Estrangeira							
Dólar	-	50.000	-	(688)	2.668	-	51.980
Marcação a mercado	-	-	-	-	-	(259)	(259)
Total em moeda estrangeira	-	50.000	-	(688)	2.668	(259)	51.721
Total	110.998	50.000	(16.152)	(8.344)	10.232	(259)	146.475
Circulante	16.769						16.760
Não circulante	94.229						129.715

Notas Explicativas

	Saldos em 2023	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Saldos em 2024
Moeda nacional					
Pré Fixado	127.207	(16.152)	(9.009)	8.952	110.998
Total	127.207	(16.152)	(9.009)	8.952	110.998
Circulante	16.825				16.769
Não circulante	110.382				94.229

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	Total		Encargos financeiros (% a.a.)	Encargos Swap Ponta Passiva (% a.a.)	Vencimento	Periodicidade Amortização	Taxa efetiva de juros (% a.a.) ⁽¹⁾	Taxa efetiva de Swap (% a.a.) ⁽²⁾	Garantias ⁽³⁾	Covenants ⁽⁴⁾
	2025	2024								
LXTE X BASA - CCB 007-10/0061-5	94.754	110.998	PRÉ + 10.00%	-	out/31	Mensal a partir de mar/15	10,00%	-	R + S	ICSD
Total em moeda nacional	94.754	110.998								
BOCOM BBM - LOAN N° 58871	51.980	-	USD + 3.54%	CDI + 0,73%	set/27	Final	-7,60%	15,05%	A	N/A
Marcação à Mercado De Dívida ⁽⁵⁾	(259)	-								
Total em moeda estrangeira	51.721	-								
Total LXTE	146.475	110.998								

- (1) As taxas efetivas de juros representam as variações no exercício findo de 31 de dezembro de 2025.
- (2) Os contratos possuem proteção de swap e são avaliados a valor justo, conforme demonstrado na nota explicativa nº21.
- (3) R = Recebíveis e S = Seguro
- (4) **Condições de covenants** - o empréstimo e financiamento possui cláusula restritiva, que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, conforme abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
ICSD	Maior ou igual a 1,3x, com base nas demonstrações contábeis regulatórias auditadas	Anual

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2025, as exigências contratuais foram cumpridas.

- (5) Estas operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* de valor justo ou pela designação como *Fair Value Option* (vide nota explicativa nº21);

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas nos períodos:

	2025	2024
US\$ x R\$	-11,14%	27,90%
CDI	14,32%	10,88%

Vencimentos:

Notas Explicativas

Em 2025, os empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2025
2027	67.793
2028	16.154
2029	16.154
2030	16.154
Após 2030	13.460
Total	129.715

13. Debêntures

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	2024	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	2025
Moeda Nacional					
Pós Fixado					
TJLP	466.274	(81.056)	(4.654)	42.137	422.701
IPCA	159.432	(5.713)	(9.173)	15.731	160.277
(-) Custo com captação	(10.122)	-	-	1.400	(8.722)
Total moeda nacional	615.584	(86.769)	(13.827)	59.268	574.256
Circulante	89.078				99.369
Não circulante	526.506				474.887

	2023	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Encargos, atualização monetária e custos	2024
Moeda nacional					
Pós Fixado					
IPCA	156.501	(4.643)	(9.419)	16.993	159.432
TJLP	508.373	(75.091)	(5.057)	38.049	466.274
(-) Custo com captação	(11.522)	-	-	1.400	(10.122)
Total	653.352	(79.734)	(14.476)	56.442	615.584
Circulante	82.668				89.078
Não circulante	570.684				526.506

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos (% a.a.)	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros (% a.a.)	Garantias ⁽¹⁾	Covenants ⁽³⁾
	2025	2024								
Debentures 1ª Emissão ⁽²⁾	422.701	466.274	27/01/2012	602.447.753 / 602.447.753	TJLP + 1.00%	out/30	Semestral a partir de out/15	9,67%	R + S + B	ND
Debentures 2ª Emissão	160.277	159.432	29/03/2021	120.000 / 120.000	IPCA + 5.83%	abr/36	Anual a partir de abr/23	10,09%	A	2
(-) Custos de captação	(8.722)	(10.122)								
Total	574.256	615.584								

⁽¹⁾ Garantias: A = Aval Energisa S/A

Notas Explicativas

B = CRSD equivalente aos últimos 6 meses de serviço da dívida. Penhor de 100% das ações das concessionárias e dos direitos emergentes da concessão, incluindo as Contas-Reservas, mantidas na rubrica de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados no montante de R\$74.629 (R\$49.120 em 2024).

R = Recebíveis
S = Seguro

(2) As debêntures da 1ª emissão possuem cláusulas de conversibilidade das ações e garante a Companhia o direito de comprar estas mesmas ações, a qualquer tempo, pelo preço de conversão das ações, conforme condições descritas na escritura pública de emissão das debêntures. A Companhia mensurou o valor justo do instrumento de opção de compra, conforme definido na escritura das debêntures, e na melhor estimativa efetuada pela Administração. Em 31 de dezembro de 2025, não há montante a reconhecer deste instrumento.

(3) Condições de covenants

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, conforme abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado ^(*)	(2) Menor ou igual a 4,25 até vencimento	Trimestral e Anual

(*) EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratório

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2025, as exigências contratuais foram cumpridas.

Vencimentos:

As debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2025
2027	92.945
2028	86.288
2029	85.457
2030	96.447
Após 2030	113.750
Total	474.887

Os principais indicadores utilizados para a atualização das debêntures tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas nos períodos/exercícios:

Moeda/Indicadores	2025	2024
TJLP	8,67%	6,19%
IPCA	4,26%	4,83%

14. Impostos e contribuições sociais

	2025	2024
Contribuições ao PIS e à COFINS ^(*)	208.056	210.981
Encargos Sociais	314	109
Imposto Sobre Serviços – ISS	130	121
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	310	120
Impostos e Contribuições Retidos na Fonte (IRRF, PIS/COFINS/CSLL)	265	2.885
Total	209.075	214.216
Circulante	2.827	5.125
Não circulante	206.248	209.091

Notas Explicativas

(*) PIS e COFINS corrente e diferido reconhecidos sobre o ativo de contrato, a serem recolhidos na proporção do recebimento da RAP – Receita Anual Permitida.

15. Provisões para riscos cível, fiscal e ambiental

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível, fiscal e ambiental.

15.1 Perdas prováveis

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perda pelos assessores jurídicos da Companhia. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perdas não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal podem afetar estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável. A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento.

Segue demonstrativo da movimentação das provisões:

	Cível	Fiscal	Ambiental	2025	2024
Saldo inicial 2024 e 2023 – não circulante	1.191	17.539	20.123	38.853	65.043
Provisões e reversões líquidas	(501)	(2.256)	-	(2.757)	(6.959)
Pagamentos realizados	(251)	-	-	(251)	(20.480)
Atualização monetária	(44)	1.921	885	2.762	1.249
Saldo final 2025 e 2024 – não circulante	395	17.204	21.008	38.607	38.853

A Companhia possui cauções e depósitos judiciais registrados no ativo não circulante, no montante de R\$318 (R\$294 em 2024), e estão correlacionados a processos provisionados ou não provisionados.

Cível

As ações judiciais de natureza cível referem-se a processos relacionados a indenização decorrente da sua própria atividade, isto é, operar e manter suas linhas de transmissão, subestações e equipamentos nos termos do contrato de concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica.

Fiscal

As ações tributárias envolvem discussões sobre débito de ISS objetivando a cobrança de suposto crédito tributário e pedido de compensação de tributos federais e CSLL.

Notas Explicativas

Processo	Tipo de Ação	Objeto	2025	2024
0002402-76.2014.8.14.0138	Execuções Fiscais	Trata-se de Execução Fiscal ajuizada em 17.09.2014 para cobrança de débito de ISS referente a suposta prestação de serviço de construção civil de linha de transmissão de energia no Município de Anapú, objeto da inscrição em dívida ativa nº 004/2013.	14.077	12.350

Ambiental

Ação ambiental que discute ausência de licenciamento ambiental.

Principal processo:

Processo	Tipo de Ação	Objeto	2025	2024
5051902-68.2019.4.02.5101	Ambiental	Ação ambiental proposta pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, para discussão sobre ausência de licenciamento ambiental. Processo teve o valor reduzido, haja visto pagamento de parte da multa, que está sendo discutido.	21.008	20.123

Por determinação da justiça efetuamos o pagamento parcial deste processo em setembro de 2024, estando o saldo restante em discussão.

15.2 Perdas possíveis

A Companhia possui processos de natureza fiscal em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Segue demonstrativo da movimentação das causas com perdas possíveis:

	Trabalhista	Fiscal	2025	2024
Saldo inicial 2024 e 2023	-	49.679	49.679	45.296
Mudança de prognóstico e valor pedido	186	-	186	655
Atualização monetária	4	6.950	6.954	3.728
Saldo final 2025 e 2024	190	56.629	56.819	49.679

Trabalhista

Reclamação trabalhista envolvendo discussão sobre verbas rescisórias.

Fiscal

Ação fiscal envolvendo discussão sobre suposta falta de recolhimento de ISS.

Notas Explicativas

Processo	Tipo de Ação	Objeto	2025	2024
0001307-30.2019.8.14.0075	Execução Fiscal	Processo ajuizado em 12 de fevereiro de 2019 pela prefeitura de Porto do Moz, envolvendo discussão sobre suposta falta de recolhimento de ISS. A posição da controlada é que os serviços foram prestados através de mão de obra própria, não sendo hipótese de incidência de ISS. O processo ainda aguarda julgamento.	56.629	49.679

16. Patrimônio líquido

16.1 Capital Social

O capital social é de R\$632.529 (R\$632.529 em 2024) representando 632.529.094 (632.529.094 em 2024) ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país, conforme composição abaixo:

	Ordinárias
Gemini Energy S.A.	527.120.000
Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA	105.409.094
	632.529.094

16.2 Reserva de lucros – reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

16.3 Reserva Especial de dividendos

Em 2025, o saldo de reserva é de R\$195.710 (R\$195.710 em 2024), que de acordo com os termos do Art. 202 § 4º e 5º da Lei nº 6.404/76, se estes montantes não forem absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que a situação financeira da Companhia permitir.

Em 24 de abril de 2024, a AGO/E aprovou a deliberação dos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2023, no montante de R\$21.814, para a reserva especial de dividendos, conforme artigo 202, parágrafo 4º e 5º, da Lei nº 6.404/76.

16.4 Reserva de lucros – orçamentos de capital

O montante destinado para a reserva de orçamento de capital no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$17.764(R\$15.840 em 2024), que foram retidos com base no orçamento de capital, aprovado pelo Conselho de Administração a ser submetido a Assembleia Geral Ordinária.

16.5 Reserva de lucros – reserva de incentivo fiscal (imposto de renda / reinvestimentos)

A Companhia por atuar no setor de infraestrutura na região Norte, obteve a redução (75% do imposto calculado sobre o lucro da exploração) do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo nº 635 do Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018 (Novo Regulamento do Imposto de Renda).

Notas Explicativas

Esta redução foi aprovada através do Laudo Constitutivo da SUDAM nº 204/2018 – Ato Declaratório Executivo nº 134 – DRF/CBA de 19 de novembro de 2019, que impôs algumas obrigações e restrições:

- (i) O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;
- (ii) O valor deve ser contabilizado como reserva de lucros e poderá ser utilizado para absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais reservas de lucros, com exceção da reserva legal, ou aumentar capital, e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte, com aprovação em AGO/AGE;
- (iii) O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a atividade de produção ou operação de energia elétrica na área de concessão da Companhia.

A partir da edição da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do exercício com posterior transferência para reserva de lucros – reserva de incentivo fiscal (imposto de renda). No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apurou R\$5.744 de redução de imposto de renda e adicionais.

16.6 Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 50% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76, calculados conforme segue:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	43.444	33.347
Reserva legal – 5%	(2.172)	(1.667)
Reserva de lucros - reserva de incentivo fiscal (imposto de renda / reinvestimentos)	(5.744)	–
Lucro líquido ajustado	35.528	31.680
Dividendos obrigatórios (50%)	17.764	15.840
Reserva de lucros	17.764	15.840
Total dos dividendos	17.764	15.840
% sobre o lucro líquido ajustado	50%	50%

16.7 Outros resultados abrangentes

Refere-se a contabilização do plano de benefícios pós emprego líquidos de impostos. Os referidos saldos estão contabilizados como Outros resultados abrangentes em atendimento ao CPC 26 – Apresentação das demonstrações financeiras.

Segue movimentação nos exercícios:

	Ordinárias
Saldo em 2024 e 2023	–
Ganho e perda atuarial – líquidos de tributos	(4)
Saldo em 2025 e 2024	(4)

17. Receita operacional

Descrição	2025	2024
Receita de construção de infraestrutura	2.367	1.371
Perdas de eficiência na implementação de infraestrutura	(219)	(127)
Receita das margens da obrigação de performance da construção	44	26
Receita de remuneração do ativo de contrato	142.760	174.869

Notas Explicativas

Descrição	2025	2024
Receita de operação e manutenção	10.761	10.359
Outras receitas	20.158	20.258
Total de receita operacional bruta	175.871	206.756
Deduções da receita operacional		
PIS corrente	(3.408)	(3.277)
PIS diferido	507	(130)
COFINS corrente	(15.695)	(15.092)
COFINS diferido	2.336	(597)
Programa de Desenvolvimento Energético (P&D)	(7.905)	(7.509)
Taxa de fiscalização	(647)	(579)
Total de dedução da receita	(24.812)	(27.184)
Receita operacional líquida	151.059	179.572

18. Custos e Despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na demonstração do resultado do exercício possuem a seguinte composição por natureza de gastos:

Natureza do Gasto	Custo do serviço de operação	Custo do serviço prestados a terceiros	Despesas Gerais e Administrativas	2025	2024
Pessoal e administradores	11.695	-	1.346	13.041	20.007
Entidade de previdência privada	175	-	64	239	121
Material	5.260	-	566	5.826	14.811
Serviços de terceiros	2.477	-	2.298	4.775	29.014
Custo de construção	-	2.148	-	2.148	1.244
Provisão p/créd. liquidação duvidosa	-	-	2.217	2.217	3.583
Provisão (Reversão) de provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e ambientais	-	-	(2.757)	(2.757)	-
Depreciação e amortização	-	-	301	301	514
Outras	624	-	3.870	4.494	6.687
Total	20.231	2.148	7.905	30.284	69.022

19. Receita e Despesas Financeiras

	2025	2024
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	9.475	6.816
Juros Selic s/ impostos a recuperar	1.595	953
Atualização monetária de depósitos judiciais	24	19
Tributos sobre receita financeira	(524)	(409)
Outras receitas financeiras	136	1044
Total receitas financeiras	10.706	8.423
Despesas Financeiras:		
Encargos de dívidas – juros	(23.466)	(25.039)
Encargos de dívidas – variação monetária e cambial	(46.034)	(40.355)
Marcação a mercado de dívidas	259	-
Marcação a mercado de derivativos	(259)	-
Instrumentos financeiros derivativos	583	-
Atualização de contingências	(2.762)	(1.249)

Notas Explicativas

	2025	2024
Despesas com IOF	(804)	(14)
Outras despesas financeiras	(253)	(1.454)
Total despesas financeiras	(72.736)	(68.111)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(62.030)	(59.688)

20. Lucro por ação básico e diluído

O lucro por ação básico é calculado com base no resultado do exercício atribuível e a respectiva média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação.

	2025	2024
Numerador		
Lucro líquido do exercício	43.444	33.347
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações	632.529	632.529
Lucro líquido básico por ação em Reais - R\$⁽¹⁾	0,07	0,05

⁽¹⁾ A Companhia possui debêntures conversíveis em ações e opções de compra destas mesmas ações, conforme divulgado na nota explicativa nº 12, e, portanto, seu exercício teria efeito antidiluidor. Por esse motivo, o resultado diluído por ação equivale ao resultado básico por ação.

21. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

21.2 Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos financeiros:

	Nível	2025		2024	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado:					
Caixa e equivalente de caixa	2	9.348	9.348	8.431	8.431
Concessionárias e permissionárias	2	21.172	21.172	24.409	24.409
		30.520	30.520	32.840	32.840
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	113.412	113.412	66.001	66.001
Instrumentos financeiros derivativos	2	5.219	5.219	-	-
		118.631	118.631	66.001	66.001

Notas Explicativas

	Nível	2025		2024	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Passivos					
Custo amortizado:					
Fornecedores	2	11.400	11.400	11.796	11.796
Empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas	2	669.010	671.254	726.582	728.494
		680.410	682.654	738.378	740.290
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	2	3.693	3.693	-	-
Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas	2	51.721	51.721	-	-
		55.414	55.414	-	-

Os passivos financeiros são classificados integralmente como passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado (rubrica fornecedores). Os ativos financeiros são classificados integralmente como recebíveis (rubricas caixa e equivalentes de caixa).

21.3 Categoria dos instrumentos financeiros

Fair Value Option

A Companhia optou pela designação formal de dívidas contratadas, para as quais a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo *swap* para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo *Fair Value Option* tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os *swaps* quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Em 31 de dezembro de 2025, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua remensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Em 2025, o valor contábil das dívidas designadas como *Fair Value Option* foi impactado em R\$259 e reconhecido como resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de *swap* de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Incertezas

Os valores foram estimados na data das demonstrações financeiras, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

21.4 Gerenciamento dos riscos

Administração financeira de riscos

A Diretoria tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Diretoria tem como prática reportar, mensalmente, a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

Notas Explicativas

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gestão de risco de capital

O índice de endividamento no final do exercício é como segue:

	2025	2024
Dívida ⁽¹⁾	720.731	726.582
Caixa e equivalentes de caixa	(9.348)	(8.431)
Dívida líquida	711.383	718.151
Patrimônio líquido	978.116	971.130
Índice de endividamento líquido	0,73	0,74

⁽¹⁾ A dívida é definida como empréstimos, financiamentos, debêntures de curto e longo prazos e encargos de dívidas (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 12 e 13.

a) Risco de liquidez

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados considerando os vencimentos contratuais futuros. Não é esperado que possam ocorrer alterações significativas nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

	Taxa média de juros efetiva ponderada	Até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		7.353	-	-	-	4.047	11.400
Empréstimos financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	10,75%	76.193	59.335	336.265	359.572	158.998	990.363
Instrumentos Financeiros Derivativos		1.988	1.705	(5.219)	-	-	(1.526)
Total		85.534	61.040	331.046	359.572	163.045	1.000.237

O risco de liquidez representa o risco de a Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e se antecipando para futuras necessidades de caixa.

O montante de caixa, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica, e demais instalações de transmissão - DIT é definida nos termos da legislação vigente pela ANEEL. As transmissoras são remuneradas pela disponibilização do sistema de transmissão e eventual racionamento da energia não trará impacto sobre a receita e respectivo recebimento.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

b) Risco de crédito

É baixo o risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores em transações com empresas relacionadas. A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia é o valor do saldo

Notas Explicativas

de fornecedores. A mitigação desse risco ocorre com a aplicação de procedimentos de monitoramento das operações realizadas pelas empresas relacionadas.

A Administração avalia que os riscos de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro" do Grupo Energisa.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras, são como segue:

	Nota	2025	2024
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	9.348	8.431
Concessionárias e permissionárias	6	21.172	24.409
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	113.412	66.001
Instrumentos Financeiros Derivativos	21	5.219	-

c) Risco de mercado: taxa de juros e de cambio

As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de agentes de fomento nacional, mercado de capitais (debêntures e notas promissórias) e empréstimos bancários, denominados em real e moedas estrangeiras, resultando em exposição a riscos de variações cambiais, de taxas de juros e índices de preços. Como parte de sua estratégia de gestão de riscos, a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção econômica e financeira contra essas variações.

O montante das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 2025, excluídos os efeitos dos custos com captação é de R\$729.453 (R\$736.704 em 2024), onde R\$51.721 estão representados em moeda estrangeira conforme notas explicativas nº 11 e 12.

Para os contratos suscetíveis às variações de moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano, a taxa de câmbio encerrou exercício findo em 2025 com redução de 11,14% sobre 2024, cotado a R\$5,5024/USD (R\$6,1923/USD em 2024). A volatilidade histórica do dólar norte-americano em 2025 era de 10,12%.

O balanço patrimonial da Companhia apresenta os seguintes saldos a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros e que são originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação cambial.

	2025	2024
Ativo não circulante	2.929	-
Total do ativo	2.929	-
Passivo circulante	3.089	-
Total do passivo	3.089	-

A Companhia possui proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados às moedas estrangeiras, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Resolução 4131 – BOCOM BBM	9.432	USD + 5,22%	CDI + 0,73%	16/09/2027	Fair Value Option

Notas Explicativas

De acordo com o CPC 40 (IFRS 7), apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, cujos valores foram contabilizados como *Fair Value Option*, vigentes em 2025 e 2024:

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2025	2024		2025	2024
Dívida designada para Fair Value Option	50.000	-	Moeda Estrangeira	(51.730)	-
Swap Cambial (Derivativo)	50.000	-	Posição ativa		
			Moeda Estrangeira	51.730	-
			Posição passiva		
			Taxa de Juros CDI	(50.204)	-
			Posição Líquida Swap	1.526	-
			Posição Líquida Dívida + Swap	(50.204)	-

O valor justo dos derivativos contratados pela Companhia em 2025 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 12 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como valor justo conforme abaixo demonstrado.

A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom cambial, foram obtidas diretamente do site da B3 (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central.

21.5 Análise de Sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial no período findo em 31 de dezembro de 2025, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira	(50.000)	Alta do Dólar	(43.833)	(55.224)	(66.615)
Variação Dívida	-		6.167	(5.224)	(16.615)
Swap Cambial					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos	51.730		45.563	56.954	68.345
Variação – USD e LIBOR	-		(6.167)	5.224	16.615
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos – Taxa de Juros CDI	(50.204)		(50.204)	(50.204)	(50.204)
Variação – Taxa de Juros CDI	-		-	-	-
Subtotal	1.526		(4.641)	6.750	18.141
Total Líquido	(48.474)		(48.474)	(48.474)	(48.474)

(*) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do dólar futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de dólar é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre dólar spot, CDI, cupom cambial e dólar futuro seja sempre válida.

Notas Explicativas

Os derivativos no "Cenário Provável", calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 31 de dezembro de 2025, apresenta o cenário base para avaliação da efetividade na mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), maiores serão os resultados positivos dos swaps. Com os cenários de deterioração do real frente ao câmbio, de 25% e 50%, o valor presente da dívida mais derivativos seria de R\$48.473 em ambos os casos.

b) Variação das taxas de juros

Considerando que, o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro 2025 seja mantido, e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam os apresentados na tabela abaixo, caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (1)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	113.412	Alta CDI	13.893	17.366	20.840
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(50.204)	Alta CDI	(6.150)	(7.688)	(9.225)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(422.701)	Alta TJLP	(38.846)	(48.558)	(58.269)
	(160.277)	Alta IPCA	(6.828)	(8.535)	(10.242)
Subtotal (2)	(633.182)		(51.824)	(64.781)	(77.736)
Total -perdas (2)	(519.770)	-	(37.931)	(47.415)	(56.896)

(1) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2026 (12,25% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2025, TJLP 9,19% e IPCA 4,26% ambos ao ano;

(2) Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R\$96.271

22. Benefícios pós-emprego

Plano de suplementação de aposentadoria e pensão

A Companhia é patrocinadora de plano de benefício previdenciário aos seus empregados na modalidade de contribuição definida. Nesta modalidade, os benefícios de riscos são totalmente terceirizados com seguradora e não está sujeito à avaliação atuarial para mensuração e reconhecimento de obrigação de benefício futuro no âmbito do CPC 33 (R1).

A administração do plano previdenciário é realizada pela Energisaprev - Fundação Energisa de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, com funcionamento autorizado pela Portaria nº 47, de 24 de outubro de 2003, do Ministério da Previdência Social - Secretaria de Previdência Complementar.

Plano de benefício patrocinado pela Companhia no exercício de 2025:

Plano	Modalidade do plano	Status	Data Instituição	Benefício
Plano Energisa CD	CD	Aberto	07/04/2017	• Aposentadoria; • Benefício por invalidez; • Pensão por morte.

Os planos têm seu custeio compartilhado entre Participantes e Patrocinadora, considerando a participação definida em cada regulamento.

No exercício, a despesa de patrocínio desse plano foi de R\$239 (R\$121 em 2024), registrada na rubrica de benefícios pós-emprego na demonstração de resultado do exercício.

Notas Explicativas

Número de participantes/beneficiários

Atualmente apenas o Plano Energisa CD está aberto para novas adesões e o número de participantes do plano vinculado à patrocinadora LXTE está apresentado a seguir:

	Quantidade	
	2025	2024
Ativos	35	29
Benefício Proporcional Diferido - BPD	2	2
Total	37	31

Plano de saúde

A Companhia mantém benefício pós emprego, de Assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes legais, na modalidade pós pagamento. Nessa modalidade as contribuições mensais da Companhia para o público de ativos correspondem as despesas médicas de utilização mais a taxa de administração, caracterizado como modalidade de Pós Pagamento. Já para o público de inativos, são realizados encontros de contas na qual é avaliado a receita arrecada (mensalidades e coparticipações) e, deste total, descontado os custos de utilizações. Os custos de ativos e inativos são reajustados anualmente em função da variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação.

A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras/seguradoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e/ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano, desde que assumam a totalidade do custeio e que façam direto, conforme legislação (Lei 9.656/98). No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 as despesas operacionais com o plano de saúde foram de R\$552 (R\$616 em 2024).

	2025
(Ganhos)/Perdas atuariais - ORA	7
Valor das obrigações calculadas em 2025	7
Circulante	1
Não circulante	6

	2026
Custos dos juros	1
Total da despesa a ser reconhecida	1

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de assistência médica são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

a. Principais hipóteses atuariais utilizadas:

	2025
	UNIMED NACIONAL
VARIÁVEIS ECONÔMICAS	
Taxa Real de desconto da Obrigação Atuarial	7,27%
Expectativa Real de Inflação Futura	4,00%

Notas Explicativas

	2025
	UNIMED NACIONAL
Taxa de desconto da Obrigação Atuarial	11,56%
Taxa de Crescimento de Benefícios	4,00%
Taxa Real de Crescimento de Custos Médicos	4,50%
Taxa de Crescimento de Custos Médicos	8,68%
Taxa de Rotatividade	11,50%
Permanência no Plano na aposentadoria	75,00%
Fator de Envelhecimento	3,00%

TÁBUAS BIOMÉTRICAS

Tábua de Mortalidade	BR-EMS 2021 por sexo
Tábua de Inválidos	MI-85 por sexo
Entrada de Invalidez	LIGHT (Frac)
Método de Financiamento	Crédito Unitário Projetado

23. Cobertura de Seguros

A política de seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			2025	2024
Responsabilidade Civil Geral	30/06/2026	90.000	13	13
Responsabilidade Civil Ambiental	20/10/2026	20.000	3	3
Riscos Operacionais	30/06/2026	200.000	654	653
Responsabilidade Civil Obras	30/04/2025	15.000	-	-
Riscos de Engenharia (RE)	30/11/2025	47.200	68	68
Vida em Grupo e Acidentes Pessoais	31/01/2026	7.099	20	19
Auto-Frota	23/10/2026	1.000/veículo	1	1
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores(D&O)	05/08/2026	100.000	1	1
Transporte Nacional	30/07/2026	Até 5.000/viagem	1	1
			761	759

24. Meio ambiente (*)

Na implantação e operação dos ativos de transmissão da Companhia são realizados todos os cuidados ambientais necessários para evitar e/ou mitigar os impactos socioambientais inerentes ao empreendimento, traduzidos em programas específicos, validados junto aos órgãos ambientais licenciadores. Ressalta-se ainda que, os programas e projetos socioambientais desenvolvidos estão alinhados ao desenvolvimento sustentável da região. Merecem atenção algumas ações as quais são destacadas abaixo:

1. Programa de Gestão Ambiental da Operação - o objetivo geral do programa é dotar o empreendimento de uma estrutura eficiente capaz de avaliar e gerir de forma constante as ações da operação sob a ótica ambiental,

Notas Explicativas

apresentando resultados e indicando medidas de controle ambiental da operação da Linha de Transmissão em 500 kV Tucuruí-Xingu-Jurupari;

2. Controle e Monitoramento de Processos Erosivos – ações previstas no âmbito do Programa de Gestão Ambiental da Operação, cujo desdobramento de ações tem por objetivo estabelecer e padronizar atividades preventivas e corretivas, que visem promover o controle e monitoramento dos processos erosivos que possam ocorrer durante a operação do empreendimento. As ações propostas são empregadas tanto nos pontos onde há erosão ocorrendo, bem como na prevenção ao surgimento de novos processos erosivos;

3. Gestão de Resíduos Sólidos – ações previstas no âmbito do Programa de Gestão Ambiental da Operação, e tem por objetivos, reduzir a geração de resíduos na fonte primária, adequar a segregação na origem e assegurar o correto manuseio, armazenamento temporário e destinação final dos resíduos sólidos ou disposição final de rejeitos, de modo a controlar e minimizar riscos ao meio ambiente, aos trabalhadores e às comunidades próximas ao empreendimento;

4. Programa de Comunicação Social – programa busca estabelecer um fluxo de comunicação e informação entre os mais diversos públicos e o empreendedor, por meio da utilização de estratégias e canais de comunicação eficazes, utilizando linguagem clara, permitindo, então, o compartilhamento de informações de forma sistemática e transparente, visando reduzir ao máximo os conflitos potenciais e problemas relacionados à instalação do empreendimento.

A Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental.

Licenças expedidas pela Companhia				
Empresa	Trecho	Licenças Operação (LO) ou Instalação (LI)	Data Emissão	Vencimento ^(*)
LXTE	Tucuruí - Xingu; Xingu - Jurupari; SE	LO 1162/2013	12/06/2013	12/06/2018

(*) Licença válida - renovação tácita.

No exercício findo de 31 de dezembro de 2025, os investimentos em meio ambiente foram de R\$ 1.472 (R\$ 1.774 em 2024).

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

25. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 2025 e 2024, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como seguem:

	2025	2024
Outras transações não caixa		
Remuneração do ativo de contrato da concessão	142.760	174.869
Receita de construção, margens e ganho (perda) de eficiência na implementação da infraestrutura	(175)	(101)
Atividades operacionais		
Fornecedores a prazo	1.698	803
Arrendamento mercantil - IFRS 16	59	94
Atividades de investimento		
Aplicações em linhas de transmissão de Energia	1.698	803
Intangível	59	94

Notas Explicativas

26. Eventos subsequentes

26.1 Dividendos do exercício de 2025

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 12 de março de 2026, aprovou a distribuição de dividendos à conta do lucro do exercício de 2025, no montante de R\$ 17.764.006,41, equivalentes a R\$ 0,028084094 (reais) por ação ordinária do capital social. Os pagamentos serão efetuados a partir de 13 de março de 2026, com base na posição acionária da Companhia em 12 de março de 2026, respeitadas as negociações deste dia, inclusive.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos

Acionistas, Diretores e Administradores da
Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A.
Cataguases - MG

Introdução

Examinamos as demonstrações contábeis da Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Mensuração do ativo de contrato

Conforme divulgado na nota explicativa nº10 às demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2025 a Companhia registra o montante de R\$ 2.229.705 mil referente aos ativos de contrato vinculados aos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica. Esses ativos de contrato refletem o valor que a Companhia possui o direito de receber, advindo do investimento realizado na infraestrutura de sua concessão. Adicionalmente, a Companhia também avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa.

O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente (IFRS15 – Revenue from contract with customer) requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas.

Ainda, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro, também requer o uso de julgamento por parte da diretoria.

Devido à relevância dos valores e julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração dos ativos de contrato das concessões e da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) o entendimento do processo da Companhia relacionado aos cálculos do ativo de contrato de concessão; (ii) a avaliação dos procedimentos internos relativos aos gastos realizados para execução do contrato; (iii) a leitura dos contratos de concessão para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; (iv) a revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na definição da taxa implícita de desconto utilizada no modelo com o auxílio de profissionais especializados em avaliação de empresas; (v) a análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (vi) a análise da eventual existência de contrato oneroso; (vii) análises das comunicações com órgãos

reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (vii) avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas para mensuração do ativo de contrato adotados pela diretoria são aceitáveis, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 10 e 17, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obvemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em

nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F

Roberto Cesar Andrade dos Santos
Contador CRC RJ-093771/O

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores da Linhas de Xingú Transmissora de Energia S.A. ("Companhia") sobre as Demonstrações Financeiras no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2025

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada na presente data, revisou, discutiu e concordou, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 12 de março de 2026.

Gabriel Mussi Moraes
Diretor Presidente

Fernando Cezar Maia
Diretor Técnico

Maurício Perez Botelho
Diretor Administrativo e de Relações com Investidores

Nicolas Juan Octavio Pinon de Manfredi
Diretor de Transmissão

Rodolfo da Paixão Lima
Diretor Contábil Tributário e Patrimonial
Contador - CRC RJ 107310-O "S" MG

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores da Linhas de Xingú Transmissora de Energia S.A. ("Companhia") sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada na presente data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 12 de março de 2026.

Gabriel Mussi Moraes
Diretor Presidente

Fernando Cezar Maia
Diretor Técnico

Maurício Perez Botelho
Diretor Administrativo e de Relações com Investidores

Nicolas Juan Octavio Pinon de Manfredi
Diretor de Transmissão

Rodolfo da Paixão Lima
Diretor Contábil Tributário e Patrimonial
Contador - CRC RJ 107310-O "S" MG